

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Ética e moral: qual é a diferença?

Isso é certo ou errado? Bom ou ruim? Devo ou não devo? Essas perguntas permeiam a reflexão sobre dois termos: ética e moral. É muito comum esses termos serem confundidos como se significassem a mesma coisa. Embora estejam relacionados entre si, moral e ética são conceitos distintos.

A palavra “ética” vem do grego *ethos*, que significa morada, habitat, refúgio. Mas para os filósofos a palavra se refere a caráter, índole, natureza.

A palavra “moral” deriva do latim *mores*, que significa costume. É aquilo que se consolidou como verdadeiro sob o ponto de vista da ação. A moral é fruto do padrão cultural vigente e incorpora as regras eleitas como necessárias ao convívio entre os membros dessa sociedade. Regras essas determinadas pela própria sociedade.

E o que seria um comportamento moral ou imoral? Assim como a reflexão ética, uma conduta moral também é uma escolha a ser feita. As normas ou os códigos morais são cumpridos a partir da convicção íntima da pessoa que se comporta.

A ética, por sua vez, é a parte da filosofia que estuda a moral, isto é, que reflete e questiona sobre as regras morais. A reflexão ética pode, inclusive, contestar as regras morais vigentes, entendendo-as, por exemplo, como ultrapassadas ou simplesmente erradas do ponto de vista pessoal.

A moral é constituída pelos valores previamente estabelecidos e comportamentos socialmente aceitos e passíveis de serem questionados pela ética em busca de uma condição mais justa. É possível uma ação moral ou imoral sem qualquer reflexão ética, assim como é possível uma reflexão ética acompanhada de uma ação imoral ou amoral.

Basicamente, quando se trata de moral, o que é certo e errado depende do lugar onde se está. A ética é o questionamento da moral; ela trata de princípios, e não de mandamentos.

Quando uma empresa diz que tem um código de ética, na verdade o que se está presente no texto são códigos ou regras de moral que buscam criar uma cultura ética. A moral é convenção; e a ética, reflexão.

Aprender a conviver juntos é um dos maiores desafios no século 21. A ética pode ser uma bússola para orientar o pensamento e responder à seguinte pergunta: qual sociedade eu ajudo a formar com minha ação?

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 O trecho “É possível uma ação moral ou imoral sem qualquer reflexão ética, assim como é possível uma reflexão ética acompanhada de uma ação imoral ou amoral.” poderia ser reescrito, sem prejuízo de sentido nem de correção gramatical do texto, da seguinte forma: **Toda ação moral pressupõe uma reflexão ética prévia, da mesma forma que toda reflexão ética resulta necessariamente em uma ação moral.**
- 2 No período “A palavra ‘ética’ vem do grego *ethos*, que significa morada, habitat, refúgio. Mas para os filósofos a palavra se refere a caráter, índole, natureza.”, o sentido original da palavra “ética”, conforme a tradição filosófica, relaciona-se a morada e habitat, significados que os filósofos preservaram e consolidaram ao longo do tempo.
- 3 O texto apresenta tipologia predominantemente expositivo-argumentativa, uma vez que expõe definições e distinções conceituais entre ética e moral e, ao mesmo tempo, orienta o leitor para uma perspectiva específica sobre o papel da ética na vida social.
- 4 Na construção “A ética pode ser uma bússola para orientar o pensamento e responder à seguinte pergunta: qual sociedade eu ajudo a formar com minha ação?”, o emprego do vocábulo “bússola” está em sentido conotativo e configura uma metáfora, por meio da qual se atribui à ética a função de instrumento de orientação do pensamento e da ação humana.
- 5 No período “Embora estejam relacionados entre si, moral e ética são conceitos distintos.”, mantendo-se a correção gramatical e o sentido original do período, o conectivo “Embora” poderia ser corretamente substituído por **Conquanto**, desde que a forma verbal “estejam” fosse mantida no modo subjuntivo.
- 6 No fragmento “A ética é o questionamento da moral; ela trata de princípios, e não de mandamentos”, o pronome “ela”, no segundo período, retoma anaforicamente o substantivo “moral”, indicando que é a moral, e não a ética, que trata de princípios em oposição a mandamentos.
- 7 No período “A moral é fruto do padrão cultural vigente e incorpora as regras eleitas como necessárias ao convívio entre os membros dessa sociedade”, no trecho “necessárias ao convívio”, o termo “ao convívio” atua como complemento nominal da palavra “necessárias”. Por essa razão, caso a palavra “convívio” fosse substituída pelo substantivo feminino **harmonia**, o uso do sinal indicativo de crase passaria a ser facultativo.
- 8 Em “É aquilo que se consolidou como verdadeiro sob o ponto de vista da ação”, o pronome “aquilo” poderia ser substituído por **o**, sem prejuízo para o sentido original e para a correção gramatical do texto.

Texto para os itens de 9 a 16.**O paradoxo do compliance:
diagnóstico claro, tratamento não**

Imagine um médico que identifica perfeitamente a doença, mas questiona a eficácia do próprio tratamento que prescreve. É isso que revela a pesquisa “Corrupção e Integridade no Mercado Brasileiro”, conduzida pela Transparência Internacional em 2025 com 96 profissionais de compliance.

Os números são preocupantes: 96% dos especialistas concordam que práticas ilegais impactam negativamente o ambiente de negócios brasileiro. Porém, apenas 69% confiam que a *due diligence* das empresas é adequada para identificar e evitar essas relações perigosas.

O problema não está na falta de consciência sobre os riscos, e sim na abordagem fragmentada. Conforme apontado pela pesquisa, 47% veem melhora nas práticas de integridade corporativa, mas isso pode refletir mais uma sofisticação dos processos do que uma mudança real na cultura organizacional.

Quando 59% dos especialistas em compliance não veem nenhuma instituição como verdadeiramente comprometida, estamos diante de uma crise de legitimidade. Aqui reside uma oportunidade transformadora: as empresas podem liderar pelo exemplo. Isso exige coragem para ir além do compliance reativo e abraçar uma governança proativa.

O caminho passa por três pilares fundamentais: transparência radical nos processos decisórios, *accountability* real (não apenas formal) e engajamento genuíno com *stakeholders*. Nesse sentido, estudos recentes indicam que 91% das empresas já utilizam tecnologia em seus programas de compliance, sendo que a inteligência artificial (IA) já é adotada por 42% das organizações dentro de regras de governança. A IA oferece algo que nunca tivemos antes: a capacidade de detectar padrões invisíveis ao olho humano e antecipar riscos em tempo real.

A verdadeira revolução acontecerá quando pararmos de ver integridade como custo de conformidade e começarmos a enxergá-la como fonte de vantagem competitiva sustentável. O paradoxo da integridade corporativa tem solução: parar de tratar ética como obrigação e começar a vê-la como oportunidade. Quem fizer essa transição primeiro não apenas sobreviverá aos desafios atuais, mas também prosperará no futuro que está sendo construído agora.

Internet: <www.exame.com> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 9 No período “O problema não está na falta de consciência sobre os riscos, e sim na abordagem fragmentada.”, a expressão “e sim” atua como um conector que introduz uma ideia de retificação ou contraposição excludente em relação à negação anterior, equivalendo semanticamente a “mas sim”.
- 10 Na construção “É isso que revela a pesquisa ‘Corrupção e Integridade no Mercado Brasileiro’, conduzida pela Transparência Internacional em 2025 com 96 profissionais de compliance.”, a correção gramatical e o sentido original do trecho seriam inteiramente preservados se a expressão “É isso que revela a pesquisa” fosse substituída por **Isso revela a pesquisa**.
- 11 No trecho “Quem fizer essa transição primeiro não apenas sobreviverá aos desafios atuais, mas também prosperará no futuro que está sendo construído agora.”, no segmento “que está sendo construído agora.”, o vocábulo “que” desempenha a função sintática de sujeito da locução verbal.
- 12 Suponha-se que um agente fiscal, ao elaborar um relatório, tenha empregado a formulação “Constatou-se que 91% das entidades investigadas adotam recursos tecnológicos em seus programas de conformidade.”. Nesse caso, é correto afirmar que se estaria adotando um registro linguístico totalmente adequado ao contexto formal do documento, em substituição a expressões coloquiais como “Quase todas as empresas analisadas já usam tecnologias no compliance”.
- 13 No fragmento “Porém, apenas 69% confiam que a *due diligence* das empresas é adequada para identificar e evitar essas relações perigosas.”, a forma verbal “confiam” poderia ser flexionada no singular, visto que o seu respectivo sujeito apresenta numeral percentual sem especificador.
- 14 No período “Aqui reside uma oportunidade transformadora: as empresas podem liderar pelo exemplo.”, o sinal de dois-pontos empregado após a palavra “transformadora” justifica-se por introduzir uma oração cujo objetivo sintático é listar elementos em uma enumeração de substantivos coordenados.
- 15 No trecho “A verdadeira revolução acontecerá quando pararmos de ver integridade como custo de conformidade e começarmos a enxergá-la como fonte de vantagem competitiva sustentável.”, o segmento “começarmos a enxergá-la” poderia ser reescrito, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, da seguinte forma: **começamos a enxergar**.
- 16 Em “Conforme apontado pela pesquisa, 47% veem melhora nas práticas de integridade corporativa, mas isso pode refletir mais uma sofisticação dos processos do que uma mudança real na cultura organizacional.”, se o autor utilizasse a forma verbal “prover” em vez de “ver”, nos mesmos contexto e tempo verbal, a grafia correta da flexão no plural seria **proveem**.

Um Conselho Regional contratou fornecedores para a aquisição de equipamentos e para a prestação de serviços administrativos. Durante a análise financeira dos contratos, o setor responsável avaliou operações que envolviam os descontos sucessivos, os reajustes contratuais e o cálculo de valor atual de títulos.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 Um fornecedor concedeu descontos sucessivos de 12% e 15% sobre o preço de determinado equipamento, sendo o segundo desconto aplicado sobre o valor já reduzido pelo primeiro. Nessas condições, o desconto total equivalente foi superior a 25% sobre o valor inicial.
- 18 Um contrato sofreu reajuste de 18% e, posteriormente, para retornar exatamente ao valor original, seria necessário aplicar um desconto inferior a 15,5% sobre o valor reajustado.
- 19 Um título com valor nominal de R\$ 25.000 foi descontado mediante desconto racional simples, à taxa simples efetiva de 20% para todo o período considerado, o que resultou em valor atual superior a R\$ 20.900.

Um servidor de um órgão público participou de uma ação de fiscalização que envolveu deslocamentos entre diferentes unidades administrativas localizadas em uma mesma região. Sabia-se que, inicialmente, ele estava voltado para o norte e, assim, a partir desse ponto, ele realizou a seguinte sequência de movimentos:

- caminhou 120 metros para a frente;
- girou 90° à direita e caminhou 80 metros;
- girou 90° à esquerda e caminhou 50 metros;
- girou 180° e caminhou 70 metros; e
- girou 90° à direita e caminhou 40 metros.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** Ao final do percurso, o servidor estará voltado para o leste.
- 21** A distância, em linha reta, entre o ponto inicial e o ponto final do percurso será superior a 160 metros.
- 22** Se, após o último movimento, o servidor girar 90° à esquerda, ele passará a ficar voltado para o norte.

Um órgão público acompanhou a quantidade de processos administrativos concluídos por 3 setores (A, B e C) ao longo de 4 meses consecutivos. Os dados estão apresentados na tabela a seguir.

MÊS	SETOR A	SETOR B	SETOR C
Janeiro	120	150	130
Fevereiro	140	135	145
Março	160	120	155
Abril	180	165	170

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23** A média mensal de processos concluídos pelo setor A foi superior à média mensal do setor C.
- 24** O setor B apresentou redução contínua no número de processos concluídos entre janeiro e março.
- 25** Considerando os três setores em conjunto, o total de processos concluídos em abril foi superior em mais de 20% ao total concluído em janeiro.

Considerem-se as proposições simples a seguir.

- P: "O servidor entregou o relatório no prazo."
- Q: "A chefia homologou o procedimento."
- R: "O processo foi arquivado."

Acerca dessas proposições, julgue os itens seguintes.

- 26** A negação da proposição "Se o servidor entregou o relatório no prazo, então a chefia homologou o procedimento" é logicamente equivalente a: "O servidor entregou o relatório no prazo e a chefia não homologou o procedimento".
- 27** A proposição "O processo foi arquivado se, e somente se, a chefia homologou o procedimento" é logicamente equivalente a: "Se a chefia homologou o procedimento, então o processo foi arquivado, e se o processo foi arquivado, então a chefia homologou o procedimento".
- 28** A proposição "Se o servidor entregou o relatório no prazo ou a chefia homologou o procedimento, então o processo foi arquivado" é logicamente equivalente a: "Se o servidor entregou o relatório no prazo, então o processo foi arquivado, ou se a chefia homologou o procedimento, então o processo foi arquivado".

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos fundamentais de informática, bem como das redes de computadores e de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 29** A realização periódica de backups reduz o risco de perda definitiva de informações em casos de falhas ou incidentes.
- 30** O sistema operacional é classificado como periférico de entrada, pois realiza a interação entre o usuário e o computador.
- 31** Os *firewalls* podem atuar como mecanismos de filtragem de tráfego entre redes distintas, contribuindo para o controle de acesso às comunicações.
- 32** A memória RAM é classificada como dispositivo periférico de armazenamento permanente de dados do computador.

Com relação aos aplicativos de escritório, aos sistemas operacionais e aos recursos utilizados em ambientes computacionais modernos, julgue os itens seguintes.

- 33** Em planilhas eletrônicas, a alteração do valor de uma célula referenciada por fórmula não interfere automaticamente nos resultados anteriormente calculados.
- 34** Nos sistemas móveis atuais, aplicativos normalmente executam em ambientes isolados, com controle de permissões para o acesso a recursos do dispositivo.
- 35** Os navegadores de Internet interpretam exclusivamente arquivos armazenados localmente no computador do usuário, sem interação com servidores remotos.
- 36** A utilização de estruturas hierárquicas de pastas facilita a organização lógica e a localização de arquivos em sistemas computacionais.

A partir de situações rotineiras envolvendo o uso de sistemas operacionais, de aplicativos e de recursos computacionais em ambientes de trabalho, julgue os itens a seguir.

- 37** Em uma planilha eletrônica, após a alteração manual de um valor utilizado em cálculos, o usuário precisará refazer individualmente todas as fórmulas dependentes para a atualização dos resultados.
- 38** No Windows, um usuário pode manter diferentes programas abertos, simultaneamente, e alternar entre eles, sem a necessidade de encerrar as aplicações em uso.
- 39** As ferramentas de comunicação corporativa permitem integração entre mensagens, compartilhamento de arquivos e realização de reuniões virtuais em um mesmo ambiente.
- 40** Ao editar um arquivo salvo em serviço de nuvem sincronizado, o usuário poderá acessar posteriormente a versão atualizada em outro dispositivo conectado à mesma conta.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

No que diz respeito à ética no setor público e aos princípios fundamentais da Administração, julgue os itens a seguir.

- 41 A ética na função pública limita-se à observância restrita à lei, de modo que a honestidade e a busca do interesse coletivo apenas complementam o exercício profissional, sem integrar formalmente o conteúdo essencial da atuação do servidor.
- 42 O princípio da impessoalidade admite promoção pessoal de autoridades em publicidade institucional, desde que a mensagem tenha caráter educativo e seja voltada à divulgação de atos oficiais.
- 43 A moralidade administrativa impõe à Administração Pública o dever de atuar não apenas conforme a lei, mas também segundo padrões de lealdade, boa-fé e honestidade no trato com os administrados.
- 44 Suponha-se que um agente fiscal, em uma vistoria, tenha agilizado o atendimento de familiar próximo por vínculos afetivos, sob a alegação de mera presteza no serviço. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta preserva a ética pública, pois a rapidez no atendimento afasta a irregularidade.
- 45 O princípio da eficiência exige que o servidor desempenhe as suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional, buscando melhores resultados com o uso racional dos recursos públicos.
- 46 A legalidade de um ato administrativo não se confunde com a sua conformidade ética, de modo que um ato pode ser válido juridicamente e, ainda assim, contrariar a moralidade administrativa.

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens seguintes.

- 47 Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, a configuração do ato de improbidade administrativa passou a exigir a demonstração de dolo, não sendo mais admitida a modalidade culposa.
- 48 Suponha-se que um servidor tenha levado para casa folhas de papel, pastas e etiquetas do Conselho para organizar materiais de estudo particulares, sem qualquer retorno do bem ao patrimônio público. Nesse caso, é correto afirmar que essa conduta descaracteriza improbidade administrativa.
- 49 Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão culposa que viole o dever de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições.
- 50 A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa independe do julgamento das contas do gestor pelo Tribunal de Contas, embora as instâncias possam dialogar entre si.
- 51 O mero exercício da função pública, sem a demonstração de ato doloso com fim ilícito, é suficiente para a condenação por improbidade administrativa.
- 52 A ação de improbidade administrativa possui natureza civil e sancionatória própria. Logo, não se confunde com a ação penal, embora isso possa acarretar a perda da função pública.

Quanto ao processo administrativo, julgue os itens a seguir.

- 53 No processo administrativo, o administrado tem direito de tomar ciência da tramitação dos processos em que tenha a condição de interessado, bem como de ter vista dos autos e obter cópias de documentos.
- 54 A Administração Pública pode recusar a protocolização de petição do administrado caso o pedido esteja formulado de maneira tecnicamente imperfeita, sem a necessidade de orientação ao interessado.
- 55 Pelo princípio da autotutela, a Administração deve anular os seus próprios atos quando evitados de vício de legalidade e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade.

- 56 Os atos do processo administrativo dependem sempre de forma rígida prevista em lei, sendo inválidos aqueles praticados por meio diverso, ainda que alcancem a sua finalidade.
- 57 Suponha-se que, em um processo administrativo instaurado em um Conselho Regional, o relator tenha atuado na instrução do feito, e o seu cônjuge figurasse como interessado direto no resultado da decisão. Nesse caso, é correto afirmar que a atuação do relator será admitida, porque o vínculo conjugal não configurará impedimento legal, mas apenas hipótese de suspeição.
- 58 O direito da Administração de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, salvo comprovada má-fé.

No que se refere à transparência e ao acesso à informação, julgue os itens seguintes.

- 59 A Lei de Acesso à Informação estabelece a publicidade como preceito geral e o sigilo como exceção, impondo aos órgãos públicos o dever de divulgar informações de interesse coletivo ou geral.
- 60 Suponha-se que um cidadão tenha solicitado a um determinado Conselho Regional acesso a um documento de interesse público. O servidor negou o pedido, sob a justificativa de que o requerente não informou o motivo da consulta. Nesse caso, é correto afirmar que, na referida situação, a conduta do servidor foi lícita.
- 61 As informações que possam colocar em risco a segurança do presidente da República e de seus familiares poderão ser classificadas como reservadas enquanto persistir a situação de risco, a qual será limitada ao período do mandato e de eventuais prorrogações legais.
- 62 O acesso à informação pública compreende o direito de obter documentos originais, sendo vedada a entrega de cópias ou de certidões para evitar o extravio de dados.
- 63 As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão acesso restrito a agentes públicos legalmente autorizados e às pessoas autorizadas por lei, observado o prazo máximo legal de restrição.
- 64 Quando a informação for parcialmente sigilosa, o órgão público deverá negar o acesso à integralidade do documento, sem a possibilidade de ocultação da parte protegida.

Acerca da proteção de dados pessoais, julgue os itens a seguir.

- 65 Segundo a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o tratamento de dados pessoais pela Administração Pública deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público.
- 66 Dados pessoais sensíveis, como origem racial e convicção religiosa, podem ser tratados livremente pela Administração, sendo, portanto, eximidas medidas especiais de segurança.
- 67 O titular dos dados tem o direito de obter do controlador, a qualquer momento e mediante requisição, a confirmação da existência de tratamento e o acesso a seus dados.
- 68 O encarregado pelo tratamento de dados pessoais deve, obrigatoriamente, ser um servidor público do quadro efetivo da instituição.
- 69 O Conselho armazena dados de fonoaudiólogos para fins de fiscalização. De acordo com a LGPD, esse tratamento é lícito, pois visa ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
- 70 O tratamento de dados pessoais de crianças e de adolescentes deve ser realizado em seu melhor interesse e prescinde de consentimento específico dos pais ou dos responsáveis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

No que se refere às funções administrativas e à organização e métodos (O&M), julgue os itens a seguir.

- 71** O planejamento tático, em um conselho profissional, atua como um elo entre o planejamento estratégico e o operacional, traduzindo as metas globais da instituição em planos específicos para cada unidade ou departamento.
- 72** A função administrativa de organização consiste exclusivamente na contratação de pessoal e na liderança das equipes de fiscalização para o cumprimento de prazos.
- 73** Suponha-se que o gestor de um determinado Conselho Regional, ao notar uma queda na produtividade do setor de registro, tenha decidido implementar um novo sistema de recompensas e aprimorar os canais de comunicação interna. Nesse caso, é correto afirmar que o gestor está exercendo, predominantemente, a função de direção.
- 74** No âmbito da organização e métodos (O&M), o fluxograma vertical é a ferramenta técnica utilizada para representar a estrutura hierárquica e a divisão de órgãos de uma instituição pública.
- 75** O quadro de distribuição de trabalho (QDT) é um instrumento de O&M que permite analisar o equilíbrio das tarefas entre os colaboradores, auxiliando a identificação de sobrecargas ou ociosidade em uma unidade administrativa.

Acerca da gestão de recursos, de finanças e de estoque, julgue os itens seguintes.

- 76** Na administração financeira pública, o estágio da liquidação da despesa ocorre imediatamente após a emissão do empenho, independentemente da verificação da entrega do material ou serviço.
- 77** Na gestão de pessoas, o treinamento é considerado um processo de curto prazo que visa à aquisição de habilidades ou competências específicas para o desempenho imediato das funções do cargo.
- 78** Suponha-se que, em um conselho profissional, o manual de procedimentos internos tenha permanecido inalterado por vários anos, embora tenham ocorrido mudanças nas rotinas de trabalho, nos fluxos de atendimento e nas normas administrativas internas. Nesse caso, é correto afirmar que a manutenção da versão antiga do manual mostrou-se compatível, por se tratar de memória técnica institucional.
- 79** A administração de materiais envolve o ciclo completo de suprimentos, desde a especificação técnica do item no momento da requisição até a sua alienação ou o seu descarte final.
- 80** Suponha-se que um determinado servidor de um conselho de fiscalização, ao gerir o estoque de material de escritório, tenha classificado os itens utilizando a curva ABC. Nesse caso, é correto afirmar que, nessa metodologia, os itens do grupo C são aqueles que, embora estivessem em pequena quantidade física, representariam o maior valor financeiro investido.

A partir do exercício profissional como pessoa física ou jurídica e do Código de Ética de Fonoaudiologia, julgue os itens a seguir, com base na Lei nº 6.965/1981 e nas Resoluções CFFa nº 483/2015, nº 587/2020, nº 609/2021, nº 640/2021 e nº 820/2026.

- 81** O exercício da profissão por pessoa sem inscrição regular no Conselho Regional pode gerar sanções administrativas.
- 82** O responsável técnico responde pelas atividades técnicas do serviço perante o Conselho Regional.
- 83** A pessoa jurídica que ofereça serviços fonoaudiológicos deve observar as regras de inscrição previstas pelos Conselhos Regionais.
- 84** O exercício profissional em outro estado dispensa qualquer regularização perante o Sistema de Conselhos.
- 85** A utilização de publicidade enganosa relacionada aos serviços oferecidos contraria normas éticas profissionais.

Considerando as Resoluções CFFa nº 554/2019, nº 245/2000, nº 591/2020 e nº 777/2025, que são os pilares da prática audiológica e da documentação clínica na fonoaudiologia, julgue os itens seguintes.

- 86** A calibração periódica dos equipamentos audiológicos contribui para a confiabilidade do diagnóstico e, conseqüentemente, da conduta terapêutica.
- 87** Ambientes com ruído excessivo podem comprometer os resultados dos testes audiológicos.
- 88** A avaliação periférica da audição e a seleção, a indicação e a adaptação de dispositivos auditivos podem integrar a atuação do fonoaudiólogo.
- 89** A ausência de registros dos procedimentos realizados pode dificultar ações fiscalizatórias.
- 90** A substituição integral do prontuário por comunicação verbal entre profissionais é admitida pelas normas vigentes.

Quanto às Resoluções CFFa nº 568/2020, nº 655/2022 e nº 777/2025, que estabelecem diretrizes fundamentais para a atuação profissional com biossegurança e responsabilidade documental em um programa de triagem auditiva neonatal universal, julgue os itens seguintes.

- 91** A atuação do fonoaudiólogo em programas de triagem auditiva neonatal universal possui regulamentação específica.
- 92** O compartilhamento de equipamentos entre recém-nascidos sem higienização adequada pode contrariar normas de biossegurança aplicáveis à prática fonoaudiológica.
- 93** As normas de biossegurança aplicam-se apenas aos hospitais porque são ambientes de maior risco biológico.
- 94** A ausência de registros dos procedimentos realizados pode comprometer a rastreabilidade das informações assistenciais e dificultar processos de fiscalização.
- 95** A realização da triagem auditiva neonatal universal dispensa a observância dos protocolos técnicos previstos nas normas profissionais quando houver elevada demanda de pacientes.

Acerca da supervisão de estágios em fonoaudiologia, julgue os itens a seguir, à luz das Leis nº 6.965/1981 e nº 11.788/2008, do Decreto nº 87.218/1982 e da Resolução CFFa nº 740/2024.

- 96** O estágio deve ocorrer com supervisão compatível com a formação do estudante.
- 97** O exercício das atividades privativas da fonoaudiologia pressupõe habilitação e observância das normas que regulamentam a profissão.
- 98** O estudante pode atuar sem supervisão quando estiver em estágio curricular obrigatório.
- 99** A documentação das atividades de estágio integra os requisitos legais aplicáveis.
- 100** O profissional sem registro regular no Conselho Regional pode lecionar e supervisionar trabalhos teóricos e práticos de fonoaudiologia.

A respeito das normas que disciplinam os processos ético-disciplinares, a atuação fiscalizatória, das sanções aplicáveis e a organização administrativa do Sistema de Conselhos, julgue os itens seguintes, com base nas Resoluções CFFa nº 677/2022, nº 720/2023, nº 732/2024 e nº 768/2024.

- 101** O profissional investigado possui direito ao contraditório e à ampla defesa.
- 102** As infrações éticas podem ser apuradas a partir de irregularidades verificadas em fiscalização.
- 103** As sanções aplicáveis às pessoas jurídicas podem alcançar empresas não inscritas no Conselho Regional.
- 104** O Regimento Interno Único disciplina aspectos administrativos e organizacionais relacionados ao funcionamento dos Conselhos.
- 105** Os procedimentos disciplinares podem ser encerrados sem a análise dos fatos quando houver acordo informal entre os envolvidos.

Considerando as Resoluções CFFa nº 640/2021 e nº 777/2025, que estabelecem, respectivamente, as diretrizes éticas para a conduta profissional e as normas técnicas para a gestão e o registro de prontuários de pacientes, julgue os itens a seguir.

- 106** O uso de sistemas informatizados para a guarda de prontuários ocorre conforme as normas aplicáveis.
- 107** A digitalização de prontuários elimina automaticamente a necessidade de preservação da integridade documental.
- 108** Os registros incompletos podem dificultar auditorias e ações de fiscalização.
- 109** O prontuário pode ser dispensado quando as orientações prestadas ao paciente domiciliar são registradas em agenda pessoal.
- 110** O uso de sistemas eletrônicos não afasta a responsabilidade ética do profissional sobre os registros realizados.

No que diz respeito às ações desenvolvidas pelo fonoaudiólogo nos espaços educacionais, julgue os itens seguintes, à luz das Resoluções CFFa nº 605/2021 e nº 640/2021.

- 111** Cabe ao fonoaudiólogo desenvolver ações de promoção e prevenção nos espaços educacionais formais e não formais.
- 112** A integração entre profissionais da saúde e da educação favorece e oportuniza o processo de ensino-aprendizagem.
- 113** Os encaminhamentos para o atendimento clínico deverão seguir o fluxo de acesso aos serviços de saúde.

- 114** Na falta de profissional no sistema de saúde municipal, o atendimento clínico poderá ser realizado na escola.
- 115** As ações educacionais desenvolvidas pelo fonoaudiólogo dispensam a observância do Código de Ética.

Quanto à telefonaudiologia no País, julgue os itens a seguir, à luz das Resoluções CFFa nº 488/2016, nº 580/2020, nº 640/2021 e nº 777/2025.

- 116** A telefonaudiologia possui diretrizes de boas práticas e regulamentação específica no âmbito do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia.
- 117** O atendimento realizado por videoconferência dispensa a observância das normas relacionadas ao sigilo e à confidencialidade das informações do paciente.
- 118** Os parâmetros assistenciais da fonoaudiologia são utilizados como referência em processos de fiscalização e avaliação das condições de prestação dos serviços.
- 119** A inexistência de registros documentais dos atendimentos realizados por meio remoto configura irregularidade passível de apuração ética e administrativa.
- 120** Os parâmetros assistenciais estabelecidos para a fonoaudiologia impedem qualquer adequação das rotinas de trabalho às características específicas de cada serviço ou contexto de atuação.



RASCUNHO